

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 956.432 - SP (2016/0194438-9)**

**RELATORA** : MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES  
**AGRAVANTE** : MARIA APARECIDA MAIOCHI DIAS  
**ADVOGADOS** : MARILIA ZUCCARI BISSACOT COLINO - SP259226  
JULIANA CRISTINA MARCKIS E OUTRO(S) - SP255169  
**AGRAVADO** : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

**DECISÃO**

Trata-se de Agravo, interposto por MARIA APARECIDA MAIOCHI DIAS, em 29/01/2016, contra decisão do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, que inadmitiu o Recurso Especial, de acórdão assim ementado:

"AGRAVO LEGAL - BENEFÍCIO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - ART. 203, V, DA CF/88 - AUSÊNCIA DE REQUISITO PARA CONCESSÃO DE BENEFÍCIO - FAMÍLIA CAPAZ DE PROVER A MANUTENÇÃO DA PARTE AUTORA.

- Demonstrado que a parte autora é idosa, mas tendo a sua manutenção provida por sua família, impõe-se o indeferimento do pedido de concessão do benefício de assistência social (art. 203, V, da CF/88).

- Agravo legal improvido" (fl.226e) .

Sustenta a parte agravante, nas razões do Recurso Especial, fundamentado nas alíneas **a** e **c** do permissivo constitucional e art 541 e seguintes, do CPC/1973, além de divergência jurisprudencial, violação ao art. 26 e seguintes da Lei nº 8.038/90, arts 2º, I e V, 2º, parágrafo único e 20, § 3º, todos da Lei 8.742/93, art. 34, parágrafo único da Lei nº 10.741/03, art. 203 da Constituição Federal, e art. 5º, do Decreto-lei n. 4.657/4211 (LICC), pelos seguintes argumentos:

"Cuida-se de Recurso Especial, fundamentado nas **alíneas 'a' e 'c'** do inciso III, do artigo 105, da Constituição Federal, interposto contra v. acórdão do Egrégio Tribunal Regional Federal da Terceira Região, da relatoria da eminente Desembargadora Federal Eva Regina, assim ementado:

(...)

In casu, o venerando acórdão hostilizado enseja a interposição do presente Recurso Especial, na medida em que **contraria o disposto nos arts. 2º, incisos I e V, art. 2º parágrafo único e art. 20, todos da Lei nº 8.742/93 e art. 34, parágrafo único da Lei nº 10.741/034** além de lhes conferir interpretação diversa daquela atribuída pelos diversos Tribunais pátrios, em manifesto detrimento da recorrente. Conforme restará demonstrado:

- a recorrente faz jus ao recebimento do benefício previdenciário almejado, visto que **o patamar estipulado pelo art. 20, § 3º da Lei nº 8.742/935 (miserabilidade do postulante), não constitui critério absoluto, podendo ser aferida por outros meios de prova**, tal qual delineados pelas instâncias ordinárias, sem que isso implique em violação à súmula nº 07 desse C. STJ.

Aliás esse foi o posicionamento adotado por esse C. Superior Tribunal de Justiça, conforme se infere do voto da lavra do eminente Min. Napoleão Nunes Maia Filho, nos autos do Agravo Regimental em Agravo de Instrumento, autos de nº 1.056.934 - SP (200801197170), publicada no DJE em 27/04/2009, cuja ementa segue abaixo transcrita e o acórdão anexado:

(...)

- a recorrente faz jus ao recebimento do benefício previdenciário almejado, visto que o benefício previdenciário percebido pelo esposo da mesma não pode ser considerado no cômputo da 'renda mensal per capita' a que alude o art. 20, § 3º da Lei nº 8.742/93, diante da interpretação analógica ao que dispõe o art. 34, parágrafo único da Lei nº 10.741/03, conferida pelos TRF2 e TRF4;

Nesse sentido, é firme o posicionamento do E. TRF4, conforme se infere do aresto proferido nos autos da Apelação Cível nº 2001.70.00.002336-5/PR, de relatoria do Des. Federal João Batista Pinto Silveira, publicado no DJU de 27/04/2005, que segue assim ementado e o acórdão anexado:

(...)

Assim, a importância da distinção é relevante para a que o presente RECURSO ESPECIAL ultrapasse a barreira da admissibilidade, afastando de plano a possibilidade do disposto no verbete nº 7 da Súmula do Superior Tribunal de Justiça, visto que **contraria os arts. 2º, incisos I e V, art. 2º parágrafo único e art. 208, todos da Lei nº 8.742/93**, além de divergir da interpretação jurisprudencial conferida pelos Tribunais pátrios.

II - DOS FATOS, DA VIOLAÇÃO AOS ARTS. 2º, INCISOS I E V, ART. 2º PARÁGRAFO ÚNICO E ART. 20, TODOS DA LEI Nº 8.742/93, E DA DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL

Trata-se de 'Ação Ordinária de Concessão de Benefício Previdenciário', ajuizada pela recorrente em face do recorrido, que visa a concessão do benefício assistencial previsto no art. 203, inciso V da CF e art. 20 da Lei nº 8.742/93.

Referida **demanda foi julgada IMPROCEDENTE em primeira instância**, muito embora estivessem sobejamente demonstrados os requisitos para a concessão do benefício previdenciário em questão, quais sejam: a idade/deficiência incapacitante e a miserabilidade.

Inconformada, a SRA. MARIA APARECIDA MAIOCHI DIAS interpôs o **Recurso de Apelação** acerca da integralidade da r. sentença prolatada, sendo certo que o INSS apresentou as contrarrazões, respectivamente.

Remetidos os autos à este Egrégio Tribunal, o Relator houve por bem **julgar monocraticamente o Recurso, dando provimento à apelação do INSS e julgando improcedentes os pedidos da parte autora**, o que ensejou a interposição de **Agravo Regimental**.

Desta feita, sobreveio o v. acórdão combatido, que de forma inexplicável **negou provimento** ao Recurso de Apelação da SRA. MARIA APARECIDA MAIOCHI DIAS, julgando IMPROCEDENTES os pedidos formulados na exordial de fls., e contrariando o disposto no art. 20 da Lei nº 8.742/93, bem como a interpretação jurisprudencial predominante.

É o que se depreende do aresto prolatado pelo E. Tribunal Regional Federal da Terceira Região nos autos do Recurso de Apelação em epígrafe, de relatoria da eminente Desembargadora Federal Eva Regina, publicado DJU no dia 25/02/2011, cujo divergência segue demonstrada abaixo:

(...)

Todavia, data maxima venia, os termos em que foi consubstanciado o v. acórdão recorrido não atinam com caso em questão, acabando por colidir com o disposto nas alíneas 'a' e 'c', do inciso III, do artigo 105 da Constituição Federal, ensejando a interposição do presente Recurso Especial.

Desta forma, a recorrente expõe abaixo as razões do inconformismo face a r. decisão prolatada pelo Egrégio TRF3, clamando pela reforma da mesma.

### III - DO DIREITO -

#### DA RENDA PER CAPITA E DO NÚCLEO FAMILIAR

Conforme se denota do v. acórdão impugnado, a recorrente teve seu pleito julgado IMPROCEDENTE, pois **na ótica do renomado Desembargadora Federal Relatora, não restou comprovada a 'miserabilidade' exigida no art. 20, caput da Lei nº 8.742/93, visto que, a renda per capita do núcleo familiar ultrapassa o patamar previsto no § 3º do mesmo dispositivo.**

Sucedendo que, descurou o Egrégio Tribunal Regional Federal da Terceira Região, uma vez que o parâmetro estatuído pelo § 3º do art. 20 da Lei nº 8.742/93, apesar de se tratar de um dispositivo polissêmico, não deve ser interpretado objetivamente - como o foi - no sentido de se vedar que o benefício assistencial seja concedido a todos aqueles cuja a renda per capita nominal ultrapasse 1/4 (um quarto) do salário mínimo.

Na verdade, a exegese que se pugna seja conferida ao art. 20 da Lei nº 8.742/93, deve guardar consonância com o disposto no art. 203 da Constituição Federal, e obediência ao disposto no art. 5º, do Decreto-lei n. 4.657/4211 (LICC), beneficiando através da ASSISTÊNCIA SOCIAL, todos aqueles que realmente dela necessitam.

Trata-se de normas impositivas, pelas quais o legislador constituinte, tendo em vista as enormes desigualdades sociais já então existentes no seio da sociedade brasileira, procurou minorar a situação de penúria e miserabilidade que se encontrava grande parte da população, assegurando em dispositivo constitucional as balizas para a sua imediata aplicabilidade.

Todavia, apesar do manifesto propósito assistencial expressado pelo caput do citado artigo 203, observou-se a mitigação de seu exercício, na medida em que a redação de seu inciso V, deixou a margem do legislador infraconstitucional a liberdade para regulamentação de tal benefício, conferindo 'a garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção ou tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei'.

Nestes termos, foi editada a Lei nº 8.742/93 que, conforme acima noticiado, notadamente em seu artigo 20, § 3º, tentou minorar o alcance do dispositivo constitucional, na medida em que tentou inculcar que teriam direito de perceber o benefício de prestação continuada em comento, somente aqueles cuja renda mensal per capita fosse inferior a 1/4 (um quarto) do salário mínimo.

Nesse sentido, muito embora o Pretório Excelso tenha julgado improcedente a ADI 1.232-1, que questionava a constitucionalidade do art. 20, § 3º da Lei n. 8.742/93, não significa, em absoluto, que tal dispositivo deva ser interpretado de forma meramente aritmética, e que o quesito miserabilidade não possa ser aferido de outras formas, a não ser pela renda per capita nominal.

Referida interpretação, se dá porquanto se observa que as 'normas legisladas supervenientes à Lei n.º 8.742/93 que disciplinaram as políticas de amparo e assistência social pronovidas pelo governo federal estabeleceram o critério de % salário mínimo como patamar definidor da linha da pobreza (Leis n.º 10.836/01 (Bolsa - família), nº 10.689/03 (Programa Nacional de Acesso à Alimentação), nº 10.219/01 (Bolsa -escola)'. - (TRF1, Apelação Cível nº 2004.01.99.004639-0, Relatora Juíza Federal Convocada Dr. Rogéria Maria Castro Debelli, publicada no e-DJF1 em 02/04/2009 - acórdão anexo).

**Daí porque, se pode dizer que além de afrontar o parágrafo único do art. 2º da Lei n. 8.742/93, bem como o próprio art. 20 da**

**citada Lei, o v. acórdão combatido conferiu interpretação diversa daquela atribuída pelo Egrégio Tribunal Regional Federal da Primeira Região, nos termos do aresto supra mencionado, que ainda contemplou:**

(...)

**Aliás, o próprio Supremo Tribunal Federal, com nova composição, especialmente a partir de 2006, passou a abrandar o rigorosismo constante do art. 20, § 3º da Lei nº 9.742/93, permitindo que o julgador, no caso em concreto, possa aferir por outros critérios a miserabilidade perquirida pela Lei e Constituição Federal, para fins de concessão do benefício de prestação continuada.**

Referida mudança de orientação pode ser verificada na decisão monocrática proferida na Reclamação nº 3:805 (decisão anexa) - SP, de relatoria da preclara Min. Cármen Lúcia, publicada no DJU de 18/10/2006, página 41, recentemente confirmada pelo Plenário do STF em 01/07/2009, assentando que, aquela Excelsa Corte, na ADI nº 1.232 - DF, apenas declarou que '... a norma do artigo 20 e seu § 3º da Lei nº 8.742/93 não apresentava inconstitucionalidade ao definir limites gerais para o pagamento do benefício a ser assumido pelo INSS (...) mas não afirmou que, no exame do caso em concreto, o Juiz não poderia fixar o que se fizer mister para que a norma constitucional do artigo 203, inciso V e demais direitos fundamentais e princípios constitucionais se cumprissem rigorosa, prioritária e inescusavelmente. ...'

(...)

**Por outro lado, vale notar que o v. acórdão afronta os incisos I e V, do art. 2º da Lei n. 8.742/93, tendo em vista que o benefício em exame não está sujeito à limitações atuariais, mas sim, consubstanciado em princípios sociais, tais como o enfrentamento da pobreza e a construção de uma sociedade livre, justa e solidária, através da garantia dos mínimos sociais.**

Assim, verifica-se com clareza solar que o E. Tribunal Regional Federal da Terceira Região conferiu interpretação manifestamente divergente daquela adotada por esse C. STJ, conforme pode ser observada no Agravo de Instrumento nº 1.056.934 - SP (200801197170), publicada no DJE em 27/04/2009, cuja ementa se encontra transcrita no início desta peça, e se reitera nesta oportunidade, de forma a fundamentar o dissídio alegado.

Na mesma senda, tem-se a decisão proferida por esse mesmo soldalício, nos autos dos Embargos de Declaração no Agravo Regimental no Recurso Especial nº 824.817 - SP, de relatoria do eminente Min. Felix Fischer, publicada no DJ de 11/12/2006, assim ementada:

(...)

No mesmo sentido, vale conferir a decisão deste C. STJ nos autos do REsp 308.711 - SP (2001/002721-7), de relatoria do preclaro Min. Hamilton Carvalhido, publicado no DJ de 10/03/2003, assim ementado (acórdão anexo):

(...)

Finalmente, cumpre observar que o v. acórdão impugnado afronta o disposto no art. 34, parágrafo único da Lei nº 10.741/03, visto que considerou no cálculo da renda per capita do núcleo familiar do recorrente, o benefício previdenciário percebido pelo esposo desta, em manifesta contrariedade com o que leciona o referido dispositivo.

De forma idêntica confere interpretação diversa do posicionamento adotado pelo E. TRF4, conforme se infere do aresto proferido nos autos da Apelação Cível nº 2001.70.00.002336-5/PR, de relatoria do Des. Federal João Batista Pinto Silveira, publicado no DJU de 27/04/2005, cuja ementa se encontra transcrita no início desta peça, e se reitera nesta oportunidade, de forma a fundamentar o dissídio alegado, acrescentando nos termos do brilhante voto proferido que:

(...)

A jurisprudência tem observado essa orientação, fundamentando-se na aplicação, por analogia, do parágrafo único do artigo 34 do Estatuto do Idoso. Confira-se o seguinte julgado:

(...)

**Diante disso, exclui-se da renda familiar do Apelante o benefício de aposentadoria por invalidez percebido por sua esposa e, assim, a renda familiar a ser considerada, no caso, é de apenas 1 salário mínimo. Por conseguinte, resta também atendido o segundo requisito legal para concessão do benefício pretendido, uma vez que a renda familiar per capita é inferior a 1/4 do salário mínimo.**

Da mesma forma entende o TRF 4a Região. Confira-se:

(...)

Do que se pode concluir, portanto, que qualquer pessoa deficiente ou idosa, com mais de 65 (sessenta e cinco) anos, desde que não possua meios de prover a própria manutenção e nem de tê-la provida por sua família, tem a garantia de um salário mínimo de benefício mensal, que apesar de não ser observada pelo E. Tribunal recorrido, certamente restará examinado e corrigido, com o provimento do presente RECURSO ESPECIAL.

**- DOS DEMAIS REQUISITOS PARA A PERCEPÇÃO DO BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA**

Isto porque, conforme restou patente no próprio acórdão impugnado, que o recorrente conta com mais de 65 (sessenta e cinco) anos de

idade, requisito exigido pelo art. 34 da Lei nº 10.741/03 para a percepção do benefício em questão e não possui condições de prover sua própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, o que restou devidamente comprovado pelo relatório social de fls., mostrando-lhe imperiosa a sua imediata implantação" (fls. 234/268e).

Por fim, requer o provimento do Recurso Especial para "CONCEDER ao recorrente o benefício previsto no art. 203, inciso V da CF e art. 20 da Lei nº 8.742/93, bem como PAGAMENTO das prestações vencidas desde a propositura da presente ação até a liquidação da sentença, além do PAGAMENTO da verba de sucumbência, no importe de 20% (vinte por cento) sobre o valor da condenação" (fl. 268e).

Não foram apresentadas contrarrazões.

Não admitido o Recurso Especial (fls. 344/349e), foi interposto o presente Agravo (fls. 351/367e).

Não foi apresentada contraminuta.

A irresignação não merece acolhimento.

O Tribunal de origem, ao decidir a controvérsia dos autos, deixou consignado, no que interessa:

"Trata-se de agravo legal interposto contra decisão monocrática, que negou seguimento à apelação da parte autora, por ausência de requisitos para concessão de benefício assistencial.

Alega a agravante, em síntese, que faz jus ao benefício pleiteado, vez que presentes os pressupostos para a concessão.

Pede, assim, a reforma da decisão proferida.

É o relatório.

À mesa.

VOTO

Não assiste razão ao agravante.

Diz o artigo 203, 'caput' e inciso V, da Constituição Federal:

(...)

A Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências estipula:

(...)

Anote-se que a idade prevista no artigo 20, acima referido, foi reduzida para sessenta e sete anos a partir de 1º de janeiro de 1998, por força da edição da Lei nº 9.720 de 30.11.1998.

Após, sofreu nova redução, consubstanciando-se em sessenta e cinco anos a partir de 1º de janeiro de 2004, por força do disposto no artigo 34, da Lei nº 10.741 de 01.10.2003 - Estatuto do Idoso.

**Na hipótese, a parte autora implementou o requisito da idade, como se vê do documento de fl. 21, sendo que, por ocasião do ajuizamento da ação, já contava com 70 anos de idade.**

Quanto ao pressuposto do **valor da renda mensal familiar** 'per capita' o primeiro ponto a ser observado é o de que o artigo 20, § 1º, da Lei nº 8.742/93 assim determina: 'Para os efeitos do disposto no caput, entende-se como família o conjunto de pessoas elencadas no art. 16 da Lei no 8.213, de 24 de julho de 1991, desde que vivam sob o mesmo teto. (Parágrafo alterado pela Lei nº 9.720, de 30.11.1998)'. Da mesma forma, de inteira aplicação o disposto no artigo 34, parágrafo único, da Lei nº 10.741/2003 (Estatuto do Idoso), ao estabelecer que o benefício assistencial concedido a qualquer membro da família não será considerado para o cálculo da renda familiar a que se refere a Lei nº 8.742/93.

Em suma, para a concessão do benefício cabe observar: a) a delimitação do núcleo familiar ao rol trazido pelo artigo 16 da Lei nº 8.213/91; b) a exclusão dos rendimentos previstos no artigo 34, parágrafo único, da Lei nº 10.741/2003; c) a constitucionalidade do artigo 20, § 3º, da Lei nº 8.742/93, interpretando-o no contexto constitucional e legal de forma sistemática e teleológica.

Diante das determinações legais, é esta a moldura inicial que se deve levar em conta para a correta aplicação da lei: a delimitação do núcleo familiar e a exclusão dos rendimentos previstos nas leis de regência.

Postas essas premissas, certo é que o legislador constituinte, ao garantir ao idoso e ao portador de deficiência o direito a um salário mínimo, pretendeu proporcionar-lhes o que entendia ser o mínimo necessário para sua própria subsistência.

O preceito do artigo 20, § 3º, da Lei no 8.742/93, que considera 'incapaz de prover a manutenção da pessoa portadora de deficiência ou idosa a família cuja renda mensal per capita seja inferior a 1/4 (um quarto) do salário mínimo', teve sua constitucionalidade declarada pelo Colendo Supremo Tribunal Federal (ADI 1232/ DF, Relator para o Acórdão Ministro Nelson Jobim, publicado no DJ de 01.06.01, pág. 00075), cuja autoridade deve ser observada.

Todavia, sendo assim considerado, o dispositivo legal há de ser compatível com o conjunto constitucional que inspirou o legislador originário a assegurar proteção ao idoso e ao portador de deficiência. Com efeito, o artigo 1º, III, da Carta, considera a dignidade da pessoa humana um dos princípios fundamentais da República Federativa do Brasil. Da mesma forma, tem por objetivos fundamentais a construção de uma sociedade livre, justa e solidária (art. 3º, I, CF), com a promoção do bem de todos, sem discriminação de qualquer natureza (art. 3º, IV, CF).

(...)

**Assim, conquanto a renda familiar 'per capita' inferior a 1/4 do salário mínimo constitua critério a ser adotado para a concessão**



**do benefício, sua aplicação deve compatibilizar-se com o escopo buscado pela Constituição, dando-lhe a completa efetividade que dela se espera.**

Não se está, nesta oportunidade, dando ao artigo 20, § 3º, da Lei nº 8.742/93 interpretação conforme a Constituição, de resto já repelida pelo E.Supremo Tribunal Federal no julgamento da ADI - 1.232 -1 -DF. Ao revés, busca-se uma interpretação sistemática e teleológica da Constituição Federal e do ordenamento jurídico vigente, inclusive para os fins do artigo 5º da Lei de Introdução ao Código Civil, in verbis:

(...)

Ademais, o STF em decisões recentes tem admitido a insuficiência dos critérios objetivos preconizados no artigo 20, § 3º da Lei nº 8.742/93. Nesse sentido:

(...)

No caso sub judice, **conforme os estudos sociais elaborados**, ficou claro que **o núcleo familiar é composto por 02 (duas) pessoas.**

**O casal reside em imóvel próprio, com a seguinte descrição** 'a residência é composta 04 cômodos (02 quartos pequenos, 01 sala, 01 cozinha e copa) mais 01 área de serviço coberta, 01 área na frente da casa e 01 banheiro.

**Não somando aqui um cômodo (parte da frente da casa) que está cedido para uma das filhas, para instalação de uma loja de roupas'. Já os móveis e eletrodomésticos que o guarnecem estão em 'boas condições'.**

**A renda é auferida pelo cônjuge que percebe 01 salário mínimo a título de benefício previdenciário** (R\$ 415,00 em 07/2008), aludido valor é **acrescido de R\$ 100,00** (cem reais), em média, obtidos mediante o exercício de atividade esporádica (bicos). Ademais, foi consignado que **são proprietários de um automóvel** modelo 'Variant', ano 73.

**Foram discriminadas despesas relativas a:** R\$ 320,00 de alimentação (compram a vista e por semana), R\$ 33,00 de gás, R\$ 18,00 de funerária, R\$ 16,00 de água, R\$ 100,00 de telefone e R\$ 54,00 de Luz, totalizando R\$ 541,00.

Ademais, **consta que a filha presta contribuição mensal mediante o pagamento dos débitos oriundos do 'consumo de água, luz, funerária, farmácia, uma parte da alimentação, telefone' e fornecimento de vestuário** (em média, R\$ 331,00 - trezentos e trinta e um reais).

Dessa forma, **os elementos probatórios comprovam que não há despesas pendentes, nem ausência de satisfação das necessidades básicas.**

Não restou assim demonstrado que se trata de pessoa pobre, na acepção jurídica da palavra, que não tem meios de prover a sua

própria manutenção, nem de tê-la provida por sua família.

Desse modo, ausente um dos pressupostos legais para a concessão do benefício, a improcedência do pedido é medida que se impõe.

(...)

Pelo exposto, nego provimento ao agravo legal" (fls. 218/227e).

De início, saliente-se que a análise de eventual ofensa a dispositivos e/ou princípios constitucionais, enumerados pela parte recorrente, para fins de eventual reforma do acórdão recorrido, compete ao Supremo Tribunal Federal, sob pena de usurpação de competência inserta no art. 102 da Constituição Federal. O Recurso Especial se restringe à uniformização da legislação infraconstitucional.

Nesse sentido, é pacífica a jurisprudência no sentido de que "não cabe a esta Corte, em recurso especial, o exame de matéria constitucional, cuja competência é reservada ao Supremo Tribunal Federal, nos termos do art. 102, inciso III, da Carta Magna" (STJ, AgRg no AREsp 470.765/RS, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, DJe de 31/03/2014).

No mais, a Corte de origem, ao analisar a controvérsia, asseverou que **"conforme os estudos sociais elaborados, ficou claro que o núcleo familiar é composto por 02 (duas) pessoas. O casal reside em imóvel próprio, com a seguinte descrição** 'a residência é composta 04 cômodos (02 quartos pequenos, 01 sala, 01 cozinha e copa) mais 01 área de serviço coberta, 01 área na frente da casa e 01 banheiro. Não somando aqui um cômodo (parte da frente da casa) que está cedido para uma das filhas, para instalação de uma loja de roupas'. Já os móveis e eletrodomésticos que o guarnecem estão em 'boas condições'. A renda é auferida pelo **cônjuge que percebe 01 salário mínimo a título de benefício previdenciário** (R\$ 415,00 em 07/2008), aludido valor é **acrescido de R\$ 100,00** (cem reais), em média, obtidos mediante o exercício de atividade esporádica (bicos). Ademais, foi consignado que **são proprietários de um automóvel** modelo 'Variant', ano 73. Foram discriminadas despesas relativas a: R\$ 320,00 de alimentação (compram a vista e por semana), R\$ 33,00 de gás, R\$ 18,00 de funerária, R\$ 16,00 de água, R\$ 100,00 de telefone e R\$ 54,00 de Luz, totalizando R\$ 541,00. Ademais, **consta que a filha presta contribuição mensal** mediante o pagamento dos débitos oriundos do 'consumo de água, luz, funerária, farmácia, uma parte da alimentação, telefone' e fornecimento de vestuário (em média, R\$ 331,00 - trezentos e trinta e um reais). Dessa forma, **os elementos probatórios comprovam que não há despesas pendentes, nem ausência de satisfação das necessidades básicas.**" (fls.223/224e)

A recorrente, no entanto, no Recurso Especial, não cuidou de impugnar o acórdão quanto à fundamentação acima referida.

Registre-se que a parte, ao recorrer, deve buscar demonstrar o desacerto do **decisum** contra o qual se insurge, refutando todos os óbices por ele levantados, sob

pena de vê-lo mantido.

Logo, sendo os fundamentos suficiente para manter o julgado, fica inviabilizado o Recurso. A esse respeito, aplicável, por analogia, a **Súmula 283/STF**, que assim dispõe: "É inadmissível o recurso extraordinário, quando a decisão recorrida assenta em mais de um fundamento suficiente e o recurso não abrange todos eles".

A propósito:

"AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA. AÇÃO REVISIONAL CUMULADA COM REPETIÇÃO DE INDÉBITO. ART. 535 DO CPC/1973. VIOLAÇÃO. NÃO OCORRÊNCIA. FUNDAMENTO SUFICIENTE. IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA. AUSÊNCIA. SÚMULA Nº 283/STF. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. FASE LIQUIDAÇÃO. POSSIBILIDADE. SÚMULA Nº 568/STJ.

1. Recurso especial interposto contra acórdão publicado na vigência do Código de Processo Civil de 1973 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ).
2. Não há falar em negativa de prestação jurisdicional se o tribunal de origem motiva adequadamente sua decisão, solucionando a controvérsia com a aplicação do direito que entende cabível à hipótese, apenas não no sentido pretendido pela parte.
3. **A ausência de impugnação de um fundamento suficiente do acórdão recorrido enseja o não conhecimento do recurso, incidindo o enunciado da Súmula nº 283 do Supremo Tribunal Federal.**
4. É possível a fixação de honorários advocatícios na fase de liquidação de sentença com caráter contencioso. Precedentes.
5. Agravo interno não provido" (STJ, AgInt no AREsp 864.643/PR, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, DJe de 20/03/2018).

Por oportuno, deve-se ressaltar que a divergência jurisprudencial, com fundamento da citada alínea **c**, exige **comprovação e demonstração**, esta, em qualquer caso, com a transcrição dos trechos dos acórdãos que configurem o dissídio, mencionando-se as circunstâncias que identifiquem ou assemelhem os casos confrontados, não bastando a simples transcrição de ementas ou trechos dos julgados, sem realizar o necessário cotejo analítico, **a evidenciar a similitude fática entre os casos apontados e a divergência de interpretações**. No caso dos autos, os arestos apresentados como divergentes tratam do tema sob enfoque não enfrentado, na origem, além de não confrontarem as fundamentações específicas do acórdão recorrido e não possuírem similitude fática com a hipótese dos autos, o que impede a configuração do dissídio.

De outra banda, considerando que o Tribunal de origem, fundamentado

no conjunto probatório dos autos, concluiu pela improcedência do pedido, porquanto não comprovados pela parte autora os requisitos à concessão do benefício assistencial, em especial, a miserabilidade do núcleo familiar em que inserida a parte demandante.

Neste contexto, o acórdão recorrido somente poderia ser modificado mediante o necessário revolvimento dos aspectos concretos da causa, o que é obstado, no âmbito do Recurso Especial, pela **Súmula 7 desta Corte**.

A propósito:

**"PROCESSUAL CIVIL E PREVIDENCIÁRIO. BENEFÍCIO ASSISTENCIAL (LOAS). HIPOSSUFICIÊNCIA NÃO DEMONSTRADA. REEXAME DE PROVAS. SÚMULA 7 DO STJ.**

1. O Tribunal de origem, ao levar em consideração, para fins de cálculo da renda familiar per capita, o rendimento do filho maior que reside com a recorrente, decidiu a controvérsia em consonância com o entendimento iterativo do STJ. Precedentes.

2. **A impugnação alusiva à exclusão da renda do cunhado da parte autora do cálculo dos rendimentos do grupo familiar per capita demandaria necessariamente o reexame do conjunto fático-probatório dos autos, procedimento vedado em recurso especial, ante o óbice da Súmula 7 desta Corte.**

3. Agravo interno desprovido" (STJ, AgInt no AREsp 758.475/SP, Rel. Ministro GURGEL DE FARIA, PRIMEIRA TURMA, DJe de 23/11/2017).

**"AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PREVIDENCIÁRIO. BENEFÍCIO ASSISTENCIAL. REQUISITOS. PROVA. REEXAME. SÚMULA 7/STJ. INCIDÊNCIA. DECISÃO AGRAVADA. FUNDAMENTOS NÃO AFASTADOS. SÚMULA 182/STJ. INCIDÊNCIA.**

1. É inviável o agravo que deixa de atacar, especificamente, todos os fundamentos da decisão impugnada. Incidência da Súmula 182 do Superior Tribunal de Justiça.

2. **Tendo o Tribunal de origem fixado compreensão no sentido de não estarem preenchidos os requisitos necessários à concessão do benefício assistencial, a reforma desse entendimento não pode ser levada a cabo em sede de recurso especial, ante o óbice representado pela Súmula 7 do STJ.**

3. **A incidência da Súmula 7 do STJ impede o exame da divergência jurisprudencial, na medida em que falta identidade entre os julgados indicados como paradigmas e os fundamentos do aresto recorrido.**

**Precedentes.**

4. Agravo regimental não conhecido" (STJ, AgRg no AREsp 660.893/SP, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEGUNDA TURMA, DJe de 25/06/2015).

Por fim, tendo o Tribunal local fundamentado sua conclusão no conjunto fático-probatório dos autos, impossível também se torna o confronto entre o paradigma e o acórdão recorrido, uma vez que a comprovação do alegado dissídio jurisprudencial exigiria reexame dos aspectos concretos de cada julgamento, providência obstada, no âmbito do Recurso Especial, pela Súmula 7 desta Corte.

Ante o exposto, com fundamento no art. 253, II, **a**, do RISTJ, **conheço do Agravo, para não conhecer do Recurso Especial.**

Em atenção ao disposto no art. 85, § 11, do CPC/2015 e no Enunciado Administrativo 7/STJ ("Somente nos recursos interpostos contra decisão publicada a partir de 18 de março de 2016 será possível o arbitramento de honorários sucumbenciais recursais, na forma do art. 85, § 11, do NCPC"), majoro os honorários advocatícios, anteriormente fixados em 10% (dez por cento) sobre o valor já arbitrado, devido ao advogado da parte recorrida, respeitados os limites estabelecidos nos §§ 2º e 3º do art. 85 do CPC/2015.

Ressalte-se que, em caso de reconhecimento do direito à gratuidade de justiça, permanece suspensa a exigibilidade das obrigações decorrentes de sua sucumbência, nos termos do § 3º do art. 98 do CPC/2015.

I.

Brasília, 07 de fevereiro de 2019.

MINISTRA ASSULETE MAGALHÃES  
Relatora